



### Ata da reunião Conjunta

Aos vinte e três dias do mês de maio de 2023, às **08h e 20m** reuniram-se, ordinariamente, os seguintes membros dos Conselhos Fiscal, Previdenciário, Comitê de Investimentos: Vera Madalena da Rocha, Maurício Antônio Oliveira, Darcy Pereira de Carvalho, Ricardo Geraldo Anselmo, Juvenil Cassiano dos Santos, Anderson Luiz Dias, Conceição Aparecida Brandão, Eloi Martins de Melo, Mayra Soragi Marafelli, Queli Madureira Campos Ferrarez, Edilene Barbosa Toríbio, Karinne Siqueira Nunes. Também participaram da reunião: A Diretora Presidente Elizangela Sara Lana Gomes, a Diretora Administrativa Financeira Natalia Clarice de Araújo Batista, o Controlador Interno Diego da Silva Carioca, o Secretário da Fazenda José Carlos Sampaio de Castro e o Contador Marcelo Henrique Machado S. Araújo. A reunião tinha como pauta os seguintes pontos:

**1) Convite para o Secretário de Fazenda comparecer à reunião conjunta para esclarecer a situação do SICONFI:** A Diretora Presidente Elizangela cumprimentou a todos e passou a palavra para o Secretário de Fazenda que explicou que o sistema da prefeitura está deficiente. O Conselheiro Juvenil complementou explicando que a entrega dos arquivos da prestação de contas ao TCE MG vem enfrentando problemas desde o ano de 2021 e que seu trabalho é dependente de um sistema que não está fazendo a parte dele e que enquanto seu funcionamento não for regularizado ainda ficará irregular a prestação de contas e disse ainda que foge ao controle do contador do Município e que está na responsabilidade dos gestores do sistema. O Conselheiro Juvenil reforça que disponibilizará uma tabela mostrando o acompanhamento do andamento das entregas ao Tribunal de Contas disse ainda que a previsão é de que serão entregues todas as pendências ao Tribunal em 10 dias e deixa claro que até sugeriu a abertura de um PAD pelo Município para apurar a questão da multa que foi aplicada pelo Tribunal de Contas aos gestores e reforça ainda que se caso fosse ele quem houvesse dado causa ao problema assumiria o pagamento da multa sozinho. A Diretora Presidente Elizangela deixa claro que o objetivo do convite ao secretário para participar da reunião foi justamente dar a oportunidade para os envolvidos se explicarem e questiona se eles têm noção para quantas prefeituras a empresa CMM presta o mesmo tipo de serviço, pois é possível que ela também tenha gerado os mesmos problemas a outras instituições. O Controlador Interno Diego comenta que o IPREV tem uma particularidade em que o Tribunal solicita o envio do DIPR do Instituto e o sistema da CMM não está preparado para receber, disse ainda que questionou o responsável da empresa em questão e a mesma explicou que não consegue atender por não se tratar de uma demanda de um sistema contábil, sendo assim questionou ainda como o Instituto continuará com uma empresa que não está mais cumprindo todo o objeto do Instituto mesmo se tratando de um particularidade. O Conselheiro Eloi questiona se os problemas na entrega dos arquivos são generalizados em todo o Estado de Minas Gerais. O Secretário da Fazenda responde que não, que são apenas 226 municípios. O Conselheiro Eloi questiona o porquê de o município de

Ferrarez  
 Anderson  
 Juvenil  
 Darcy  
 Vera Rocha  
 Eloi  
 Diego  
 Natalia  
 José Carlos  
 Marcelo

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES  
PÚBLICOS DE MARIANA- MG**

RUA SANTA CRUZ, 28, BARRO PRETO, MARIANA - MG

(31) 3558-5211



Mariana não acionar a empresa para rescindir o contrato. O Conselheiro Juvenil reforça que os contadores não são gestores do sistema e sim o setor de Planejamento do Município e sugere que seja feita, pelo Município, uma notificação formal dizendo que o sistema não está atendendo mais as demandas do Instituto. Todos concordam que seria uma boa iniciativa. A Conselheira Mayra lembra que o sistema ganhou a licitação novamente. A Diretora Administrativa Financeira Natalia diz que foi a única empresa que apareceu. A Conselheira Vera pontua que alguma providência precisa ser tomada e questiona o que a prefeitura poderia estar deixando de receber verbas por não ter a CRP regularizada, reforçando a seriedade do assunto e disse ainda que a explicação dada pelo Secretário e demais envolvidos foi bastante clara, mas que se faz necessário um argumento bastante plausível atestando que definitivamente a empresa não atende mais as demandas do Instituto. O Conselheiro Darcy pontua que está identificado um problema e que alguém é responsável por isso e disse ainda que se tem uma empresa que não atende tecnicamente e tem provocado transtornos legais a Procuradoria Geral do Município sendo a última instância dentro da Prefeitura de Mariana e com poderes legais para tal precisa ser notificada para tomar providências. **2) A Conselheira Fiscal Mayra informará sobre a situação do imóvel que o prefeito levantou a possibilidade de repassar ao IPREV em regime de Comodato:** A Diretora Presidente Elizangela lembra que o imóvel oferecido pelo prefeito localizado no endereço do antigo Fórum e que ficou pendente a formalização da tratativa. A Conselheira Mayra informa que obteve a informação de que o imóvel em questão havia sido desapropriado pelo Estado há cerca de 10 anos e que inicialmente seria destinado para o funcionamento do Ministério Público e que desde então estaria desocupado disse ainda que a propriedade do imóvel é do Estado de MG e é preciso ver se o Estado tem interesse, disse ainda que, pelo o que foi pesquisado por ela, é possível fazer um contrato de comodato com o Estado de MG, mas que para isso envolveria negociações entre o Município e o Estado de MG e que, na visão dela, o melhor caminho seria a abertura de um processo administrativo relatando a situação do imóvel oferecido para que a Procuradoria possa estudar e tomar frente dessa negociação se for o caso. O Conselheiro Darcy alerta para a possibilidade de a questão política atrapalhar uma possível negociação. A Conselheira Queli lembrou da possibilidade de fazer uma permuta no terreno do imóvel. A Diretora Presidente Elizangela lembra que à época foi alegado crise financeira no Município e diz que abrirá um PRO para tramitar a fim de resolver formalmente. Todos concordam que documentalmente é melhor para ter uma resposta. O Controlador Interno Diego sugere pedir uma reunião com a Procuradoria para até facilitar a abertura do PRO. A Diretora Presidente Elizangela se prontifica a fazer o pedido o mais rápido possível. A Conselheira Conceição Aparecida pergunta se o imóvel era o único disponível. A Diretora Presidente Elizangela explica que houveram outras ofertas que no final restaram-se inviável e foi preciso rejeitar devido a inviabilidade e acessibilidade. A Conselheira Conceição Aparecida reforça que uma vez que o imóvel não é do município a chance é alta de haver uma resposta negativa disse ainda que é preciso começar a pensar

*[Handwritten signatures and initials in blue ink at the bottom of the page, including names like Vera Rocha and others.]*

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES  
PÚBLICOS DE MARIANA- MG**

RUA SANTA CRUZ, 28, BARRO PRETO, MARIANA - MG

(31) 3558-5211



em uma segunda alternativa bem como intensificar a cobrança aos responsáveis pelo imóvel no Município. A Diretora Presidente Elizangela comenta que o imóvel não pode ser passado para o IPREV para abater déficit atuarial uma vez que a discussão quanto ao equacionamento do déficit ainda não avançou. A Conselheira Queli lembra que como já foram enviados ofícios cobrando um posicionamento definitivo do Município e esses ofícios costumam não ser respondidos ela acha pertinente a sugestão de abertura de um PRO uma vez que é obrigatório. A Diretora Presidente Elizangela reforça que já foi pacificado, em reunião do Conselho de Previdência, a abertura do PRO como instrumento após esgotar todas as possibilidades de negociações possíveis. A Diretora Administrativa Financeira Natalia diz que a taxa de reserva está em 8 milhões e informa que a contadora do IPREV, ao participar de cursos, informou que é preciso justificar a utilização do recurso, demonstrando a vantajosidade na compra de um imóvel ao invés de manter o dinheiro aplicado, uma vez que o instituto possui déficit atuarial, deve-se levar em conta os custos empregados na manutenção do imóvel, além dos riscos de mercado. O Conselheiro Ricardo reforça que é preciso fazer um estudo bem detalhado e fundamentado. O Controlador Interno Diego reforça que o dinheiro também pode ser usado para o próprio pagamento de benefícios. O Conselheiro Maurício questiona quanto tempo o PRO demora para ser respondido. A Diretora Presidente Elizangela responde que não há prazo específico e reforça que a Advogada Autárquica participou da reunião junto com o prefeito e lá questionou como se daria a formalização do repasse do imóvel ao IPREV e a mesma será demandada para elaborar o documento para a abertura do PRO.

**3) Feedback sobre a primeira reunião do grupo de trabalho para discutir sobre a situação do equacionamento do déficit atuarial do IPREV:**

A Diretora Presidente Elizangela pergunta qual foi a percepção dos que participaram da reunião que tratou do equacionamento do déficit. A Conselheira Conceição Aparecida reforça que o IPREV, Prefeitura e Servidores, são os maiores interessados no equacionamento do déficit atuarial e precisam tomar providências, cada qual ao que lhes cabe, o mais rápido possível para evitar que aconteça o indesejável uma vez que o atuário alertou do risco. A Diretora Presidente Elizangela reforça que o atuário informou que já em 2025 a situação financeira do IPREV ficará crítica. A Conselheira Conceição Aparecida relata que está sendo muito questionada pelos servidores sobre a situação real do Instituto e reforça que os conselheiros têm que ter muito cuidado, discrição e ética ao tratar do assunto para evitar que saia informações distorcidas. A Diretora Presidente Elizangela comentou que orienta os servidores a virem pessoalmente até o Instituto para saber a real situação e reforça a importância de os conselheiros falarem a situação real com os servidores diferenciando déficit de dívida. A Conselheira Edilene comenta que a discrepância entre o cálculo atuarial atual e outros foram muito grandes em termos numéricos e que na reunião passada do Comitê de Investimentos foi sugerido que fosse feito um outro cálculo atuarial com as mesmas informações com uma outra empresa a título de comparação, disse ainda que, nessa mesma reunião citada anteriormente, o Controlador Interno Diego pontuou que o

*M. Peres*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*Vera Rocha*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES  
PÚBLICOS DE MARIANA- MG**

RUA SANTA CRUZ, 28, BARRO PRETO, MARIANA - MG

(31) 3558-5211



IPREV não poderia fazer, mas que o Município poderia. Todos acham pertinente a sugestão da Conselheira Edilene. A Diretora Presidente Elizangela reforça a necessidade de realização de Audiências Públicas para esclarecer as dúvidas dos servidores. O Conselheiro Eloy disse que a reforma da previdência é necessária e inevitável uma vez que o governo federal já fez a da União e disse ainda que só discorda da penalização do servidor ativo e do aposentado. A Conselheira Edilene reforça que a análise da Reforma da Previdência precisa ser aprofundada. O Conselheiro Eloi observa que, após a Reforma da Previdência, no olhar do servidor não haverá muita vantagem em se aposentar pelo Instituto. A Conselheira Conceição Aparecida disse que depende do valor que o servidor recebe e reforça que é preciso que seja feita uma reforma justa. O Conselheiro Ricardo disse que hoje para quem tem paridade é muito mais vantajoso se aposentar pelo RPPS, mas a partir da reforma é provável que se perca essa vantagem disse ainda que a Constituição já garante reformas conforme cada classe, mas entende o questionamento do Eloi quanto a possibilidade de uma classe que ganha menos ser mais prejudicada. O Controlador Interno Diego reforça que a alíquota de 14% não será aumentada e sobre o feedback da reunião diz que é preciso que uma consultoria jurídica faça parte da comissão que irá tratar da reforma. A Diretora Presidente Elizangela disse que já oficiou ao município solicitando a implementação da reforma da previdência local. O Conselheiro Ricardo lembra que a Secretária de Administração havia deixado claro que o município não seguirá na íntegra nem a EC103 nem a Reforma da Previdência feita do Estado de Minas Gerais. A Conselheira Conceição Aparecida questiona que como a Secretária de Administração disse que não irá seguir nem a reforma federal nem a estadual, como ficará a situação caso o cálculo atuarial aponte para a necessidade de se fazer uma reforma mais pesada. A Conselheira Vera reforça que a comissão, consultoria e gestão atuarial precisam entrar em um consenso. Todos concordam que o município irá tomar a frente da reforma e a comissão enquanto grupo de trabalho irá trabalhar em conjunto para que o servidor não seja tão penalizado. A Conselheira Conceição Aparecida deixa claro que o problema existe e é de responsabilidade de todos os gestores tanto dos que já passaram quanto dos que estão hoje na prefeitura. A Diretora Presidente Elizangela concorda e reforça que no 1º Congresso de Mulheres da ABIPEM foi dito que nenhum gestor municipal não pode alegar desconhecimento e o presidente da ABIPEM João Figueiredo pediu ao Ministro da Previdência Carlos Lupi maior responsabilização e punição para os prefeitos que não cumprirem com as questões referentes aos RPPS. O Conselheiro Darcy reforça a necessidade das partes envolvidas no problema se entenderem para resolver o problema e quem pode mais precisa resolver a maior parte e que a comissão precisa atuar de maneira firme e que se as três partes precisam atuar então que o consultor seja neutro para não gerar outro problema e comentou ainda da problemática da impunidade e da falta de fiscalização e disse ainda que a comissão precisa ser bastante atuante com olhar crítico. O Controlador Interno Diego reforça que a reforma é ampla e a necessidade de uma consultoria jurídica na comissão se faz necessária. O Secretário da Fazenda sugere a de

*A. M. de Almeida*

*Referente*  
*Vera Rocha*



abrir um PRO para tratar da Reforma da Previdência. Todos concordam. **4) Demais alinhamento entre os órgãos colegiados do IPREV:** O Controlador Interno Diego dá ciência a todos que essa pauta é para que cada órgão caso tenha alguma situação específica e queira colocar a demanda na reunião conjunta para ter um alinhamento geral. A Diretora Administrativa Financeira Natália inicia informando que os recursos do Instituto estão 100% em renda fixa e que, na última reunião, foram ampliados a quantidade de recursos aplicados em títulos públicos do Governo Federal, e observou que os títulos públicos de curto prazo estão melhores nesse momento porque até então busca-se para o longo prazo a redução da taxa de juros e a redução da inflação complementou que a rentabilidade da carteira de investimentos do Instituto tem entregado resultados positivos nos últimos meses o que tem contribuído bastante para a meta atuarial. A Conselheira Conceição Aparecida questiona se a meta é estipulada anualmente e qual seria a meta para esse ano. A Diretora Administrativa Financeira Natália responde que sim e que a meta para esse ano é IPCA + 5.04%. A Conselheira Edilene reforça que o Comitê de Investimentos concordou em serem conservadores considerando o cenário político e econômico tanto brasileiro quanto mundial passa por um momento de inseguranças e incertezas. O Controlador Interno Diego reforça que precisa de pessoas no Comitê de Investimentos e informou que inclusive o Analista de Investimentos logo será selecionado. A Conselheira Conceição Aparecida reforça e pede que a ética seja observada por todos os membros dos Órgãos Colegiados. Todos concordam. O Conselheiro Eloí complementa dizendo que caso saia algum assunto distorcido das reuniões é preciso que se abra uma sindicância para apuração. **5) Renovação da Certidão de Regularidade Previdenciária (CRP):** A Diretora Presidente Elizângela informa que a Certidão de Regularidade Previdenciária foi renovada e o Controlador Interno Diego deu ampla divulgação. Todos parabenizam o Conselheiro Juvenil que é o responsável pela renovação como contador do Município. **6) Feedback do Seminário da AMIPREM:** A Diretora Presidente Elizângela informou que a equipe do IPREV e conselheiros participou do 21º Seminário da AMIPREM nos dias 18 e 19 de maio de 2023 na cidade de Belo Horizonte Minas Gerais e que lá a mesma tomou posse como coordenadora regional da AMIPREM, juntamente com os gestores de Varginha, Teófilo Otoni, Juiz de Fora, São João da Lagoa e Uberaba, todos fazendo parte da diretoria da AMIPREM a partir da posse. A Diretora Presidente do IPREV Mariana e mais duas gestoras (Teófilo Otoni e Varginha), ficarão responsáveis em apoiar, incentivar e dar suporte aos Institutos que quiserem certificar no Pró-Gestão, disse ainda que Minas Gerais possui 221 Institutos de Previdência dos quais apenas 8 são certificados e ficou muito feliz em saber que o IPREV ficou como o 4º Instituto em ter a certificação do Pró-Gestão de 221 Institutos mineiros e que somente mais 4 institutos se certificaram após o IPREV Mariana obter a referida certificação. Todos parabenizaram e ficaram felizes com a notícia e complementaram que é preciso que seja reconhecida e divulgada a relevância do IPREV Mariana no cenário Estadual e nacional também. A Conselheira Edilene reforça que é preciso exigir o acompanhamento de representantes do Município e

*Handwritten signature in blue ink.*

*Handwritten signature in blue ink, possibly 'Vera Rocha'.*

*Handwritten signature in blue ink.*

*Handwritten signature in blue ink, possibly 'Conceição'.*

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES  
PÚBLICOS DE MARIANA- MG**

RUA SANTA CRUZ, 28, BARRO PRETO, MARIANA - MG

(31) 3558-5211



principalmente da comunicação do Município em eventos onde o IPREV tenha algum destaque ou assuma algum cargo de liderança. Todos concordam. A Diretora Presidente Elizangela informou também que o IPREV participou da premiação da ABIPEM e o Instituto ficou em quinto lugar empatado com o quarto lugar. Devido a não implementação da Reforma da Previdência pelo município e ainda por não ter sido contratada a Entidade Fechada para acompanhar a Previdência Complementar o IPREV deixou de ser pontuado em 25 pontos, mas mesmo assim o IPREV ficou bem colocado, disse ainda que a Diretora Previdenciária Crislaine e o Controlador Interno Diego se dedicaram ao máximo e elaboraram o recurso e o Instituto estava aguardando a resposta na expectativa de melhorar ainda mais a colocação.

**7) Indicação de 1 membro de cada Órgão Colegiado para compor a Comissão Especial de Avaliação do Processo de Credenciamento para seleção do Analista de Investimentos:** A Diretora Presidente Elizangela informa que o edital foi finalizado e foi decidido internamente que seria criada uma comissão especial de análise do credenciamento e essa criará um checklist para contar a pontuação e a Diretora Presidente só irá nomear após escolha da referida comissão. A Diretora Presidente Elizangela informa que a diretoria do IPREV escolheu a princípio, em reunião, que as Diretoras Administrativas Financeiras e Previdenciárias comporiam a Comissão e pediu para que sejam escolhidos os representantes de cada Conselho e do Comitê de Investimentos para também comporem a comissão. O Controlador Interno Diego informou que a Advogada Natanielle sugeriu, na última reunião da diretoria do IPREV, que a comissão ao invés de ser composta por dois Diretores seja composta por um diretor e um servidor efetivo do IPREV. Todos concordam com a sugestão da Advogada. O Controlador Interno Diego comenta sobre o cronograma prévio elaborado para o edital e pergunta se os Conselhos e o Comitê acham suficiente ou se teriam alguma sugestão de mudança. A Diretora Presidente Elizangela reforça que o cronograma prévio foi elaborado o mais célere possível, mas que estava aberto para que, caso os órgãos entendam necessária, a dilatação do prazo. Todos concordam com o cronograma elaborado.

**8) JETON:** A Diretora Presidente Elizangela informa sobre a obrigatoriedade de certificação de todos os Conselheiros a partir do mês de julho de 2024 e que foi recomendado no Seminário que o Instituto crie normas internas para exigir a certificação de todos e alerta que a partir da referida data a CRP não será renovada se os conselheiros não tiverem a certificação exigida, disse ainda que a AMIPREM oferecerá um curso de certificação agora em junho e que foi decidido, em reunião interna, que para o Conselheiro que ainda não fez o curso, o IPREV fará a inscrição e todo custeio. O Conselheiro Eloi propõe para a próxima reunião conjunta que se estabeleça um tempo de fala de uns 5 minutos para cada Conselheiro falar a fim de que todos possam se manifestar. A Diretora Presidente Elizangela sugere que todos os Conselheiros se certifiquem principalmente os titulares para que o Instituto tenha um argumento a mais para pleitear demandas perante o Executivo e Legislativo. O Conselheiro Ricardo observa que vários Institutos pequenos possuem o JETON como

*[Handwritten signature]*  
A. M. dos S. B. V. B. S.

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*  
Vera Rocha

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES  
PÚBLICOS DE MARIANA- MG**

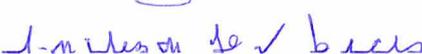
RUA SANTA CRUZ, 28, BARRO PRETO, MARIANA - MG

(31) 3558-5211



uma maneira de valorizar, incentivar e profissionalizar os Conselhos e que ele acha justo isso. As Conselheiras Conceição Aparecida e Queli reforçam que é preciso que todos os Conselheiros estejam certificados para que seja possível justificar o pedido do JETON perante a Câmara de Vereadores. O Conselheiro Eloi sugere que os Conselheiros se organizem para solicitar o JETON para o Legislativo e haja mais chances de posteriormente o Executivo sancionar. O Conselheiro Darcy reforça que o pedido está atrelado ao Executivo. A Diretora Presidente Elizangela propõe de fazer uma votação, entre os presentes, para saber como será feita a reivindicação. A maioria dos presentes concordaram em reivindicar o pagamento do JETON. A Conselheira Vera propõe que haja uma discursão mais ampla a respeito do assunto antes de decidir sobre a reivindicação em si. Todos concordam que o assunto será melhor debatido para que só depois possa prosseguir à reivindicação junto ao Legislativo. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião às **11h 34m** e eu, Giselle Cristina Carlos Gonçalves, redigi a presente ata que será assinada por todos.

Mariana, 23 de maio de 2023.

Vera Madalena da Rocha Maia Maurício Antônio Oliveira Elizangela Sara Lana Gomes Natalia Clarice de Araújo Batista Diego da Silva Carioca Darcy Pereira de Carvalho Ricardo Geraldo Anselmo Juvenil Cassiano dos Santos Anderson Luiz Dias 

CNPJ: 30.317.936/0001-01

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES  
PÚBLICOS DE MARIANA- MG**

RUA SANTA CRUZ, 28, BARRO PRETO, MARIANA - MG

(31) 3558-5211



Conceição Aparecida Brandão

*Brandão*

Eloi Martins de Melo

*Eloi Martins de Melo*

Mayra Soragi Marafelli

*Mayra*

Queli Madureira Campos Ferrarez

*Queli M. Campos Ferrarez*

Edilene Barbosa Toríbio

*Toríbio*

Karinne Siqueira Nunes

*Nunes*

José Carlos Sampaio de Castro

*José Carlos*

Marcelo Henrique

*Marcelo Henrique Machado Silve Araújo*